

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	45
2. NORMAS DE PRIMEIRO GRAU: PRINCÍPIOS E REGRAS.....	51
2.1 Distinções preliminares.....	52
2.1.1 <i>Texto e norma.....</i>	<i>52</i>
2.1.2 <i>Descrição, construção e reconstrução.....</i>	<i>53</i>
2.2 Panorama da evolução da distinção entre princípios e regras.....	58
2.3 Critérios de distinção entre princípios e regras.....	63
2.3.1 <i>Critério do “caráter hipotético-condicional”.....</i>	<i>63</i>
2.3.1.1 <i>Conteúdo.....</i>	<i>63</i>
2.3.1.2 <i>Análise crítica.....</i>	<i>64</i>
2.3.2 <i>Critério do “modo final de aplicação”.....</i>	<i>68</i>
2.3.2.1 <i>Conteúdo.....</i>	<i>68</i>
2.3.2.2 <i>Análise crítica.....</i>	<i>69</i>
2.3.3 <i>Critério do “conflito normativo”.....</i>	<i>76</i>
2.3.3.1 <i>Conteúdo.....</i>	<i>76</i>
2.3.3.2 <i>Análise crítica.....</i>	<i>77</i>
2.4 Proposta de dissociação entre princípios e regras.....	91
2.4.1 <i>Fundamentos.....</i>	<i>91</i>
2.4.1.1 <i>Dissociação justificante.....</i>	<i>91</i>
2.4.1.2 <i>Dissociação abstrata.....</i>	<i>92</i>
2.4.1.3 <i>Dissociação heurística.....</i>	<i>95</i>
2.4.1.4 <i>Dissociação em alternativas inclusivas.....</i>	<i>96</i>

2.4.2	<i>Crítérios de dissociação</i>	100
2.4.2.1	Crítério da natureza do comportamento prescrito	100
2.4.2.2	Crítério da natureza da justificação exigida.....	102
2.4.2.3	Crítério da medida de contribuição para a decisão	106
2.4.2.4	Quadro esquemático	108
2.4.3	<i>Proposta conceitual das regras e dos princípios.....</i>	108
2.4.4	<i>Análise do uso inconsistente da distinção fraca entre regras e princípios</i>	115
2.4.5	<i>Análise do uso inconsistente da distinção forte entre regras e princípios</i>	118
2.4.6	<i>Diretrizes para a análise dos princípios.....</i>	123
2.4.6.1	Especificação dos fins ao máximo: quanto menos específico for o fim, menos controlável será sua realização.....	123
2.4.6.2	Pesquisa de casos paradigmáticos que possam iniciar esse processo de esclarecimento das condições que compõem o estado ideal de coisas a ser buscado pelos comportamentos necessários à sua realização	124
2.4.6.3	Exame, nesses casos, das similaridades capazes de possibilitar a constituição de grupos de casos que girem em torno da solução de um mesmo problema central.....	124
2.4.6.4	Verificação da existência de critérios capazes de possibilitar a delimitação de quais são os bens jurídicos que compõem o estado ideal de coisas e de quais são os comportamentos considerados necessários à sua realização	125
2.4.6.5	Realização do percurso inverso: descobertos o estado de coisas e os comportamentos necessários à sua promoção, torna-se necessária a verificação da existência de outros casos que deveriam ter sido decididos com base no princípio em análise.....	125

2.4.7	<i>Exemplo do princípio da moralidade</i>	126
2.4.8	<i>Eficácia dos princípios</i>	129
2.4.8.1	Eficácia interna	129
2.4.8.1.1	Conteúdo	129
2.4.8.1.2	Eficácia interna direta	129
2.4.8.1.3	Eficácia interna indireta	130
2.4.8.2	Eficácia externa.....	131
2.4.8.2.1	Conteúdo	131
2.4.8.2.2	Eficácia externa objetiva.....	132
2.4.8.2.3	Eficácia externa subjetiva	135
2.4.9	<i>Eficácia das regras</i>	135
2.4.9.1	Eficácia interna	135
2.4.9.1.1	Eficácia interna direta	135
2.4.9.1.2	Eficácia interna indireta	135
2.4.9.2	Eficácia externa.....	141
2.4.9.2.1	Eficácia seletiva	141
2.4.9.2.2	Eficácia argumentativa.....	142
2.4.9.3	Superabilidade das regras	146
2.4.9.3.1	Justificativa da obediência a regras	146
2.4.9.3.2	Condições de superabilidade...	148
2.5	<i>O convívio entre princípios e regras</i>	155
2.6	<i>A força normativa dos princípios</i>	157
2.7	<i>A distinção condicionada entre princípios e regras</i>	169
3.	NORMAS DE SEGUNDO GRAU: POSTULADOS NORMATIVOS	173
3.1	<i>Introdução</i>	173
3.2	<i>Postulados hermenêuticos</i>	175
3.2.1	<i>Considerações gerais</i>	175
3.2.2	<i>Postulado da Coerência</i>	176
3.2.2.1	Da hierarquia à coerência	176
3.2.2.2	Coerência substancial	183
3.2.2.2.1	Fundamentação por suporte	183
3.2.2.2.2	Fundamentação por justificação recíproca	185

3.3	<i>Postulados normativos aplicativos</i>	186
3.4	<i>Análise do uso inconsistente de normas e metanormas</i>	190
3.4.1	<i>Consequências</i>	191
3.5	<i>Diretrizes para a análise dos postulados normativos aplicativos</i>	192
3.5.1	<i>Necessidade de levantamento de casos cuja solução tenha sido tomada com base em algum postulado normativo</i>	193
3.5.2	<i>Análise da fundamentação das decisões para verificação dos elementos ordenados e da forma como foram relacionados entre si</i>	193
3.5.3	<i>Investigação das normas que foram objeto de aplicação e dos fundamentos utilizados para a escolha de determinada aplicação</i>	193
3.5.4	<i>Realização do percurso inverso: descoberta a estrutura exigida na aplicação do postulado, verificação da existência de outros casos que deveriam ter sido decididos com base nele</i>	194
3.6	<i>Espécies de postulados</i>	195
3.6.1	<i>Considerações gerais</i>	195
3.6.2	<i>Postulados inespecíficos</i>	196
3.6.2.1	<i>Ponderação</i>	196
3.6.2.2	<i>Concordância prática</i>	198
3.6.2.3	<i>Proibição de excesso</i>	199
3.6.3	<i>Postulados específicos</i>	204
3.6.3.1	<i>Igualdade</i>	204
3.6.3.2	<i>Razoabilidade</i>	205
3.6.3.2.1	<i>Generalidades</i>	205
3.6.3.2.2	<i>Tipologia</i>	206
3.6.3.3	<i>Proporcionalidade</i>	217
3.6.3.3.1	<i>Considerações gerais</i>	217
3.6.3.3.2	<i>Aplicabilidade</i>	219
3.6.3.3.3	<i>Exames inerentes à proporcionalidade</i>	222

3.6.3.3.4	Intensidade do controle dos outros Poderes pelo Poder Ju- diciário.....	235
3.7	<i>Análise da falta de diferenciação entre os postulados.....</i>	<i>237</i>
4.	CONCLUSÕES.....	243
	BIBLIOGRAFIA	247